

Longe da metrópole: singularidades de um mercado regional de trabalho no Rio Grande do Sul dos anos 90*

Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho**

Sociólogo da FEE. Doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo.

Resumo

Neste artigo, toma-se como ponto de partida a notável diversidade dos mercados regionais de trabalho no Estado do Rio Grande do Sul, temática que constitui linha de pesquisa do Núcleo de Estudos do Trabalho da FEE. Enfoca-se aqui, especificamente, um mercado regional não metropolitano, o do Corede Fronteira Noroeste, também conhecido como Grande Santa Rosa. A análise abrange diversas dimensões, que singularizam o perfil e a dinâmica recente desse mercado de trabalho. Destacam-se, nesse sentido, a decisiva importância social e econômica da produção primária, a reestruturação por que passaram praticamente todas as principais atividades econômicas ao longo dos anos 90 e o legado histórico e institucional que condiciona os esforços no sentido de conceber estratégias de desenvolvimento regional.

Palavras-chave

Mercados regionais de trabalho; desenvolvimento regional; Fronteira Noroeste.

* Versão revisada e resumida do texto **Mercados Regionais de Trabalho: os anos 90 em uma experiência não metropolitana no sul do Brasil**, selecionado para o VIII Seminário Internacional da Rede Iberoamericana de Investigadores sobre Globalização e Território (RII), Rio de Janeiro, 25 a 28 de maio de 2004.

** O autor agradece aos colegas do Núcleo de Estudos do Trabalho (NET) da FEE e à estagiária Daiane V. Küplich, pelas diversas e decisivas formas de apoio; aos colegas do Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, pela orientação quanto ao tratamento dos dados da Região Metropolitana de Porto Alegre; e aos do Núcleo de Contabilidade Social, pelos dados de valor adicionado.

Abstract

This article takes as its starting point the striking diversity of regional labor markets within Rio Grande do Sul State, which has been the subject of long-term research project lead by NET/FEE. The focus here is a specific nonmetropolitan region — namely, Fronteira Noroeste, as known as Grande Santa Rosa. The paper addresses several dimensions that shape the distinctive features and the recent dynamics of its labor market. Emphasis is placed on the social and economic dominance of its agriculture sector, on the reestructuring of most of the main economic activities during the nineties and on the historical and institutional background that underpines regional attempts to conceive development strategies.

Artigo recebido em 12 fev. 2004.

“Ao iniciar a biografia do meu herói Alexei Fiodorovitch Karamazov, sinto-me um pouco perplexo. E é este o motivo: embora dê a Alexei Fiodorovitch o título de ‘meu herói’, de sobra sei que o homem não tem em si nada de grande. Prevejo, portanto, interpe-lações descorteses, mais ou menos neste gosto: ‘Em que se distinguiu o seu Alexei Fiodorovitch, para que o transformasse em herói? Que fez ele de especial? Quem o conhece, e por quê? E por que razão eu, leitor, hei de perder tempo a me inteirar dos lances de vida desse indivíduo?’” (Dostoievski, 1961, p. 370).

1 - Introdução

Nos últimos anos, o Núcleo de Estudos do Trabalho (NET) tem investigado a diversidade regional do mercado de trabalho no Estado. Os indicadores

evidenciam forte heterogeneidade entre as 22 regiões gaúchas.¹ A variação do Valor Adicionado Bruto (VAB), entre 1990 e 1999, assumiu valores entre -11,7% e 56,2%; as taxas de desocupação de 2000 distribuíram-se entre 5,7% e 16,8%; o contingente populacional, de 1991 a 2000, teve, nos extremos, crescimento de 29,7% e retração de 7,5%; o comportamento do emprego formal, de 1989 a 1999, foi tão díspar, que se registraram desde queda de 24,7% até elevação de 53,0% (Xavier Sobrinho, 2002; Xavier Sobrinho; Sternberg, 2003).

A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) é a única cujo mercado de trabalho é alvo de acompanhamento sistemático e abrangente. Ao analisá-la, freqüentemente se reitera, com razão, seu “peso” no Estado, de cuja população detém 36,7%. A realidade dos quase dois terços restantes, entretanto, continua pouco conhecida. Mais do que isso: os levantamentos efetuados na RMPA são, não raro, “extrapolados” para a avaliação do que ocorre no Rio Grande do Sul, o que pode induzir a “erros de paralaxe”, dada a diversidade regional recém-apontada.

A pesquisa do NET² assume a perspectiva de pluralidade, tendo se proposto a investigar **mercados** de trabalho no Rio Grande do Sul. Quando um trabalhador e uma firma que oferece vaga se localizam a centenas de quilômetros um do outro, é pouco proveitoso, analiticamente, representá-los como dois “agentes” em um (mesmo) mercado. A mobilidade da mão-de-obra no espaço é restrita, e, assim, um mercado de trabalho é intrinsecamente regional — circunscrita essa região, em larga medida, pelo raio dos deslocamentos físicos efetivos do “fator trabalho”.

A investigação do NET incluiu pesquisa de campo em quatro regiões.³ Este texto aborda uma delas, a Fronteira Noroeste, ou Grande Santa Rosa, região de expressão diminuta, correspondendo a 2%, aproximadamente, da população ou do VAB do Estado. Foi um passo central do estudo superar a perspectiva de que o porte de uma região dimensiona o interesse que ela pode despertar como objeto. A demanda por informações e análises sobre as realida-

¹ Segue-se a subdivisão do Estado em Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), idealizados no início da década de 90 e regulamentados por decretos do Governo Estadual em 1994.

² **Mercados Regionais de Trabalho no Rio Grande do Sul: Manifestações da Reestruturação Produtiva nos Anos 90**, financiado pela Fapergs e executado pelo NET — Maria Isabel Jornada (coordenadora), Guilherme Xavier Sobrinho, Sheila Sternberg, Walter Pichler e Ilaine Zimmermann, além de Raul Bastos e Gabriele dos Anjos (em algumas etapas) —, tendo como parceiros Sônia Larangeira e Fernando C. Cotanda (UFRGS), Vânia B. M. Herédia e Sandro R. dos Santos (UCS).

³ O critério de escolha é detalhado em Xavier Sobrinho (2002); alguns resultados são apresentados em Xavier Sobrinho *et al.* (2003).

des regionais veio atizar uma motivação que já acompanhava o Núcleo. Abriu-se mão, deliberadamente, da preocupação com a “representatividade” de cada região no “todo” estadual; valorizaram-se singularidades. Recuperando-se a epígrafe deste artigo, a análise pode se revestir de maior interesse, se, ao invés de se perguntar o que a Fronteira Noroeste tem de “grande”, o leitor considerar, como Dostoiévski (1961, p. 370), que um caso singular, às vezes, “(...) traz dentro de si o próprio espírito da sua época”.

Numa perspectiva que se afasta de objetivos de generalização, faz-se, aqui, um exercício de análise, em que um mercado de trabalho específico é tematizado a partir das múltiplas dimensões que o conformam e que o condicionam, buscando-se pôr em evidência alguns dos nexos, ao menos os mais imediatamente reconhecíveis, entre elas.

Na próxima seção do texto, apresenta-se um rápido perfil da Fronteira Noroeste. Incluiu-se um cotejo sumário com a RMPA, visando apenas tornar mais palpáveis as diferenças qualitativas acima aludidas. A partir da seção seguinte, a exposição concentra-se em elementos da realidade da região estudada: na terceira seção, um pouco de sua história; na quarta, o grau e a forma com que, na Fronteira Noroeste, incidiu o fenômeno da reestruturação produtiva; na quinta seção, alguns aspectos e fenômenos relacionados ao mundo do trabalho; e, na sexta, elementos do universo institucional. As considerações finais reafirmam a importância de que se estudem mercados de trabalho em uma escala territorial mais restrita, enfatizando a multiplicidade de dimensões analíticas que se demonstram pertinentes numa investigação dessa natureza.

2 - Alguns indicadores sobre a Fronteira Noroeste e o contraste com a RMPA

A Fronteira Noroeste tem pequena expressão quantitativa no Estado: ao final da década de 90 (Tabela 1), detinha 2,3% da População Economicamente Ativa (PEA); 2,1% da População em Idade Ativa (PIA); 2,0% da população total; 1,9% do VAB; e 1,4% do emprego formal do Rio Grande do Sul. A dimensão da RMPA é, pelo menos, 15 vezes superior nesses indicadores.⁴

⁴ O projeto de pesquisa referido delimitou a década de 90 como foco de interesse; ademais, como o **Censo**, fonte primordial, retrata o ano 2000, utilizam-se, em todos os indicadores, os resultados daquele ano ou os de 1999.

Tabela 1

Estrutura produtiva e mercado de trabalho no Corede Fronteira
Noroeste, na RMPA e no RS — 1989-00

INDICADORES SELECIONADOS	FRONTEIRA NOROESTE	RMPA (1)	RS
POPULAÇÃO			
Total (2000)	210 366	3 739 250	10 187 798
Variação % 1991-00	-0,3	16,1	11,5
Taxa de urbanização (%) (2000)	61,1	95,6	81,6
PRODUTO (VAB)			
Variação % 1990-99	30,3	38,0	28,0
Participação % no VAB do RS (1999)	1,9	39,4	100,0
Setor Primário			
Variação % 1990-99	13,1	-16,1	30,9
Participação % no VAB total (1999) ...	24,7	1,2	13,3
Setor Secundário			
Variação % 1990-99	63,4	53,8	32,4
Participação % no VAB total (1999) ...	25,6	48,3	37,5
Setor Terciário			
Variação % 1990-99	12,4	29,5	21,5
Participação % no VAB total (1999) ...	49,6	50,6	49,2
OCUPAÇÃO EM 2000			
PIA	176 950	3 020 947	8 445 139
PEA	121 116	1 831 343	5 164 528
Taxa de participação (%)	68,4	60,6	61,2
Taxa de desocupação (%)	7,3	15,0	12,2
Posição na ocupação			
Empregados (2) (%)	41,5	73,1	61,7
Com carteira/empregados	54,4	68,4	63,7
Sem carteira/empregados	32,1	23,8	26,7
Funcionários públicos estatutários e militares/empregados	13,5	7,8	9,6
Conta própria (%)	29,6	21,6	26,2
Não remunerados (%)	24,3	1,0	7,0
Distribuição setorial em 2000 (%)			
Setor Primário	47,2	2,1	20,1
Setor Secundário	13,5	29,5	24,4
Indústria de transformação/Setor Secundário	66,3	72,0	70,3
Setor Terciário	38,1	67,5	54,5

(continua)

Tabela 1

Estrutura produtiva e mercado de trabalho no Corede Fronteira
Noroeste, na RMPA e no RS — 1989-00

INDICADORES SELECIONADOS	FRONTEIRA NOROESTE	RMPA (1)	RS
EMPREGO FORMAL			
Participação % no RS (1999)	1,4	49,7	100,0
Variação % 1989-99	11,6	-16,3	-3,4
Emprego formal na indústria de transformação			
Participação % no total do emprego regional (1999)	26,7	22,8	26,5
Variação % 1989-99	15,5	-29,9	-18,2

FONTE: IBGE. **Censo demográfico 1991**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, IBGE, 1994.

IBGE. **Censo demográfico 2000**: características da população e dos domicílios — resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais 1989**. Brasília: MTE, 1990. BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais 1999**. Brasília: MTE, 2000.

Núcleo de Contabilidade Social-FEE.

(1) É considerada a delimitação oficial da RMPA, que não coincide com a do Corede Metropolitano Delta do Jacuí. A variação populacional incorpora o ajuste do IBGE, que compatibiliza o dado de 1991 com a área metropolitana de 2000. Procedimento análogo foi adotado para a variação do VAB. (2) Inclui os empregados domésticos; em 2000, incluem-se os aprendizes e os estagiários.

Qualitativamente, diversos aspectos merecem destaque: primeiramente, a Grande Santa Rosa tem na agropecuária um pilar inequívoco de sua economia e de seu mercado de trabalho, o que a destaca no Estado e a diferencia radicalmente da RMPA. A participação do Setor Primário no VAB atingia, em 1999, 24,7% naquele Corede, superando largamente o parâmetro estadual (13,3%); na RMPA, por sua vez, a agropecuária era uma atividade residual, representando 1,2% do VAB. Esses contrastes se repetem na distribuição da ocupação: em 2000, quase a metade (47,2%) dos trabalhadores ocupados da Fronteira Noroeste exerciam atividades primárias, enquanto o percentual se limitava a 20,1% no Rio Grande do Sul e a apenas 2,1% na RMPA.

Essa diferença estrutural básica se prolonga em uma feição bastante distintiva do mercado de trabalho da Fronteira Noroeste. O nível de assalariamento é acentuadamente menor do que na RMPA (41,5% *versus* 73,1%). Ainda mais destacável é a forte presença do trabalho não remunerado, situação de 24,3% dos ocupados da Grande Santa Rosa — participação superior, na região, à dos empregados com carteira de trabalho assinada (22,5%). O contraste não poderia ser mais agudo com a RMPA, onde os não-remunerados são 1,0%, enquanto os assalariados com carteira são 50,0% dos ocupados.

O peso do trabalho não remunerado na Fronteira Noroeste é o efeito não apenas de um perfil agrícola, mas de uma produção primária baseada na produção familiar em minifúndios, a qual ajuda a compreender também a elevada taxa de participação na região: em 2000, 68,4% da PIA integravam a PEA, proporção muito superior aos 61,2% do agregado gaúcho e aos 60,6% da RMPA (Tabela 1). A agricultura familiar condiciona ainda o patamar da desocupação: na Grande Santa Rosa, a taxa, em 2000, era de 7,3%, menos da metade dos 15,0% da RMPA e também muito inferior ao parâmetro estadual (12,2%).

Outro aspecto decisivo a incidir sobre os níveis de desemprego é demográfico: essa região teve variação negativa de população entre 1991 e 2000. Enquanto o Rio Grande do Sul apresentou elevação de 11,5% e a RMPA cresceu 16,1%, a Grande Santa Rosa perdeu 0,3% de seu contingente. A imagem de uma “válvula de escape” em face do desemprego adquire, aqui, um sentido perturbadoramente literal.

A evasão populacional não reflete um desempenho econômico especialmente adverso. A variação do VAB da Fronteira Noroeste entre 1990 e 1999 (30,3%), embora inferior à obtida na RMPA (38,0%), superou a do Estado (28,0%). O emprego formal cresceu, na região, 11,6% — percentual, em si mesmo, satisfatório; excepcional quando cotejado com os do agregado do Rio Grande do Sul (-3,4%) e da RMPA (-16,3%).

Esboça-se, assim, a distância que separa estrutural e dinamicamente os mercados de trabalho da Fronteira Noroeste e da RMPA. Os fenômenos que desafiavam aquela região parecem ter, em alguns casos, outra natureza, e não apenas outra dimensão. Avança-se, a seguir, ao encontro dessas singularidades.

3 - Cercando-se as especificidades

3.1 - Elementos da história da região

Em 2002, a Fronteira Noroeste contava com 20 municípios. Seu território corresponde, quase integralmente, ao do Município de Santa Rosa quando instituído, em 1931, o qual forja, ainda, uma identidade regional, na opinião dos entrevistados.

Essa região integra a porção do território gaúcho que, até 1801, foi disputada pela Coroa espanhola e que foi a última a ser colonizada, ao final do século XIX, com uma sistemática que induzia à combinação de etnias em “colônias mistas”, diferentemente do que caracterizara as Colônias Velhas. Essa política visava: (a) à expansão da produção agrícola; (b) à criação de forças políticas que servissem de contraponto às oligarquias dos latifúndios do sul do Estado (Targa, 1996); (c) à defesa do território nacional; e (d) à consolidação de um sentimento de nacionalidade brasileira (Rotta, 1999, p. 30-35).

A Colônia Santa Rosa foi criada em 1915. Dos primeiros colonizadores, 40% descendiam de alemães, 30%, de italianos, e 10%, de poloneses; os demais eram “genuinamente nacionais”, estrangeiros natos ou descendentes de outras nacionalidades. Cerca de 80% dos colonos vinham das Colônias Velhas e das primeiras colônias do Planalto (Rotta, 1999, p. 41). Sem os subsídios concedidos às primeiras colônias, a Grande Santa Rosa enfrentou o isolamento e a escassez monetária. Rapidamente, entretanto, expandiram-se seus laços mercantis. Segundo Roche (1969, p. 283), priorizavam-se cultivos pelas possibilidades de comercialização. Os excedentes comerciais e o isolamento do Município estimularam a indústria, à qual Roche, no entanto, atribui pequena expressão (Roche, 1969, p. 491).

Até a década de 30, houve significativo crescimento (Rotta, 1999; Roche, 1969). Com a ligação ferroviária (as linhas chegaram a Santa Rosa em 1940, mas, desde 1928, estavam próximas), “(...) verificou-se um súbito progresso, graças às novas possibilidades de saída dos produtos. A influência da guerra foi apenas secundária, visto que a prosperidade da agricultura continuou a elevar-se mesmo depois do retorno à economia de paz. De 1939 a 1950, seu volume global passou de 177.780 toneladas para 332.080” (Roche, 1969, p. 283-4). Entre 1934 e 1936, o preço das terras sextuplicou (Rotta, 1969, p. 58). Consagrou-se a supremacia da pecuária (Associação..., 2001): a suinocultura tornou-se, na década de 50, a principal fonte de renda da agricultura familiar.

Com a integração da região ao mercado nacional nascente, houve atrofia do Setor Secundário (Roche, 1969, p. 491). Consagrou-se o imperativo às empresas de “(...) tornarem-se ‘nacionais’ (não necessariamente pela conquista de mercados extra-regionais e sim pela adoção de padrões de tecnologia, comercialização, etc. similares a seus concorrentes)” (Castro, apud Rotta, 1999, p. 62). Poucas firmas locais superaram esse desafio. Ao mesmo tempo, novas surgiram de 1940 a 1960, já confrontadas com o novo quadro, e consolidaram a vocação regional para o agronegócio.

A reconstrução, por Rotta (1999), da história do frigorífico Prenda revela uma rica experiência de articulação regional. Nos anos 50, o Sr. Pedro Carpenedo tentou convencer sócios de um frigorífico de Passo Fundo a se instalarem em Santa Rosa. Não tendo êxito, passou a mobilizar lideranças locais, especialmente a Associação Comercial e Industrial (ACI). A idéia de fundar um frigorífico teve crescente adesão, evoluindo para um “consórcio” de 170 acionistas, que, com o apoio do poder público municipal (isenções e subsídio para o terreno), constituiu a empresa em 1956. Firms tradicionais do setor tentaram em vão deter o processo. A listagem dos acionistas incluía comerciantes, agricultores, pessoas jurídicas, médicos e motoristas; ninguém adquiriu menos de 25 ações, e apenas 20 compraram 100 ou mais (Rotta, 1999, p. 182-187).

A suinocultura viveu seu apogeu nos anos 50. Paradoxalmente, iniciava-se a crise da pequena propriedade rural. A produtividade do milho, por exemplo, de 2.100 kg/ha em 1920, chegaria, em 1966, a 1.200 kg/ha. As migrações eclodiram. Lideranças regionais articularam-se: em 1964, um debate sobre o desenvolvimento deu origem à Associação dos Municípios da Grande Santa Rosa, que, imediatamente, encomendou à UFRGS um diagnóstico. Os resultados identificaram 90% das propriedades abaixo do módulo rural, baixa produtividade, renda familiar insuficiente e êxodo, surgindo como alternativas a modernização da agricultura e a agroindustrialização (Rotta, 1999, p. 82-83).

A chamada “Operação Tatu” iniciou-se em 1965, por iniciativa da Associação Rural, como programa de recuperação do solo, em que atuaram a UFRGS e a Universidade de Wisconsin. Envolveu a Associação Comercial, Industrial, Serviços e Agropecuária (Acisap)⁵ e a Associação dos Municípios e contou com financiamento do Banco do Brasil (Rotta, 1999, p. 76-7). Partiu-se de diagnósticos: em muitos casos, o investimento para recuperar o solo seria mais elevado do que o valor da terra. Ainda assim, um grande esforço em

⁵ Na gestão 1961-62, a ACI de Santa Rosa, fundada no mesmo ano do Município, 1931, passou a se chamar Associação Comercial, Industrial, Serviços e Agropecuária (Associação..., 2001).

experimentos teve resultados animadores, refletidos na arrecadação municipal (Rotta, 1999, p. 79).

Frente a uma forte alta dos preços internacionais da soja, na década de 60, o Setor Primário guinou para a monocultura, embora esse movimento não correspondesse à estratégia concebida na “Operação Tatu”. Para isso, contribuíram os incentivos do Governo Federal, que apoiava *commodities* agrícolas, visando a saldos comerciais.

“O original da região da Grande Santa Rosa é o seu pioneirismo em introduzir o processo de modernização na agricultura familiar, adaptando o que já vinha sendo feito pelos granjeiros de trigo no Rio Grande do Sul e por outras experiências em nível de Brasil e exterior. As lideranças regionais aproveitaram bem a conjuntura favorável em nível nacional, que possibilitava a entrada de pequenos proprietários nos mecanismos de financiamento e incentivo governamental (...)” (Rotta, 1999, p. 81-2).

Gradativamente, a “Operação Tatu” engajou as principais empresas privadas e tomou o caráter de um plano de modernização produtiva geral, a qual viabilizou e foi viabilizada por atividades a montante e a jusante da agropecuária: as máquinas e implementos agrícolas e as diferentes empresas processadoras de alimentos (Rotta, 1999, p. 83). Os esforços rumo à inovação tecnológica e de processos, à qualificação da mão-de-obra, à profissionalização da gestão e à inserção competitiva no mercado (Rotta, 1999, p. 83) tiveram resultados efetivos, que, combinados com o impulso dado pela cultura da soja, fizeram dos anos 70 uma fase de prosperidade, entretanto mais seletiva, pois:

“(...) excluiu do acesso ao trabalho e à terra aqueles que não conseguiram, por motivos diversos, incorporar os princípios da racionalidade industrial moderna, ou os relegou a atividades ‘marginais’. Isso ocorreu em nível de agricultores familiares e assalariados urbanos, mas atingiu, com menor intensidade, os comerciantes e os industriais” (Rotta, 1999, p. 127).

Mesmo os agricultores que conseguiram se integrar no novo padrão de produção teriam feito uma aposta perigosa, como indicam alguns depoimentos:

“Aí veio a mecanização da agricultura, que muda a concepção, muda um sistema. (...) e nos preocupamos em produzir bastante na década de 70. E tinha subsídio, né? Na década de 80, começa a cair o subsídio, começamos a nos ressentir (...) Além do êxodo rural, houve também uma degradação do solo. (...) E, começa a diminuir a nossa produtividade. E, na década de 90, sem subsídio, com baixa produtividade, passamos a ser castigados por anos de seca, e aí

complicou a vida do agricultor, né” (liderança de Sindicato de Trabalhadores Rurais).

O caráter excludente da tecnificação expressa-se no êxodo. No diagnóstico que embasava o Plano Diretor de Santa Rosa, em 1993, a enunciação é contundente. “O crescente esvaziamento populacional da região de influência do município de Santa Rosa poderá configurar uma estranha situação: aquela de uma cidade que polarizaria o vazio.” (Santa Rosa, 1993, apud Rotta, 1999, p. 111).

3.2 - Dinâmica demográfica nos anos 90

Em 2000, apenas quatro dos 20 municípios da Fronteira Noroeste tinham mais de 10.000 habitantes. A população do Corede atingia 210.366 habitantes, com uma redução de 0,3% frente a 1991.⁶ Tanto em 1991 quanto em 2000, a participação da população rural era, no Corede, mais de duas vezes superior à do Estado (Tabela 1). No período, a variação da população urbana foi similar à do Rio Grande do Sul (17,5% e 18,9% respectivamente); nas áreas rurais, a Fronteira Noroeste teve perdas mais acentuadas (16,4% *versus* 12,7% do Estado).

O município mais populoso é Santa Rosa⁷, que, em 2000, contava com 30,9% dos habitantes da região. Sua variação demográfica foi idêntica à do Estado (11,5%) e a mais elevada do Corede. Apenas mais um município — Horizontina — teve crescimento (4,0%). Os outros municípios já constituídos em 1991 chegaram a 2000 com perdas entre 1,7% em Santo Cristo e 49,7% em Tucunduva. No período, foram constituídos seis novos municípios,⁸ o que justifica parte das perdas dos demais. Isso não afeta a tendência do Corede, já que praticamente todas as emancipações se deram internamente a ele, e, em 2000, os novos municípios detinham apenas 8,6% da população regional.

O segundo município em população era Três de Maio, com participação de 11,5% em 2000. Horizontina era o terceiro, com 8,4%. Os três maiores muni-

⁶ Nessa variação, utilizaram-se os dados de 1991 recalculados e publicados na **Sinopse Preliminar do Censo de 2000** (compatibilizando a divisão territorial daquele ano com a deste). Sem essa correção, haveria crescimento de 1,5%. Os dados municipais aqui apresentados não foram corrigidos, para possibilitar cruzamentos não apresentados nessa sinopse.

⁷ Os dados demográficos provêm dos **Censos Demográficos de 1991 e 2000**.

⁸ Nova Candelária, originada de Boa Vista do Buricá; Novo Machado, de Tucunduva; Porto Mauá, de Tuparendi e Tucunduva; Porto Vera Cruz, de Porto Lucena, Alecrim e Santo Cristo; São José do Inhacorá, de Três de Maio; Senador Salgado Filho, de Giruá.

cípios abarcavam, conjuntamente, 50,8% da população e 68,0% da população urbana.

A taxa de urbanização do Corede passou de 52,7% para 61,1%, mantendo-se, entretanto, muito inferior à do Estado, que era de 81,6% em 2000.

A evasão populacional foi central na fala dos entrevistados. Muitos reconhecem um traço cultural “nômade” na população, relacionado com o processo de colonização:

“(...) a nossa formiguinha é cortadeira, esse pessoal adorava mato. Eles saíram da região e foram para o norte de Santa Catarina, Paraná, foram devastando, subindo, tipo uma formiguinha, que foi cortando o mato. Eles tinham uma cultura de fazer plantio em áreas novas, e isso prosperou por muito tempo. Acho que tem umas quatro ‘Nova Santa Rosa’ no Brasil (...) já tem uma tradição de ser um pouco ousados no sentido de ser imigrantes mesmo” (Integrante de Conselho Regional).

As motivações econômicas, sociais ou técnicas do êxodo não se obscurecem sob a idéia de uma propensão cultural, como o mesmo entrevistado evidencia: “(...) são plantios em escala, áreas maiores. Então, sempre queriam terras mais baratas”. As migrações vinculam-se à falta de alternativas de trabalho e renda, sobretudo para os jovens.

“Nós pretendemos devolver a esperança e o horizonte para o jovem. Porque, se não, ele não fica no meio rural. Eu tive uma reunião numa comunidade de muitos jovens. E eu perguntei: se vocês ganhassem 150 reais na cidade, quem é que iria pra lá? Todos responderam que viriam. Eu perguntei por quê. ‘Porque eu trabalho dia e noite e no sábado meu pai não tem 10 reais para me dar, para eu participar de uma diversão’. Então não tem perspectiva, não tem esperança.” (Prefeito).

A maior participação dos jovens no êxodo deriva, de um lado, da aposentadoria rural, que fixa os idosos; de outro, da estrutura fundiária, baseada em unidades que não comportam fracionamento para dar conta da expansão das famílias. As zonas urbanas do Corede absorvem parte do êxodo rural. Fica clara, especialmente, a atração que Santa Rosa exerce. Mas parece se configurar uma tendência de migração “em dois tempos”, envolvendo basicamente a mão-de-obra rural e jovem, pouco “qualificada” frente aos requisitos do mercado de trabalho urbano.

“Os filhos dos agricultores que não vêem muita expectativa (...) não esperam muito, vêm para Santa Rosa. Aliás, são advindos dos municípios da região (...) essencialmente agrícolas. Filho de agricultor

(...) vem para Santa Rosa à procura de emprego. Ele fica um mês ou dois aqui, não localiza trabalho, ele vai embora, vai para o grande centro. E aí a gente perde referência desse jovem, dessa família, desse trabalhador.” (Integrante do Sistema Público de Emprego (SPE)).

Dessa forma, embora uma parte do contingente que se desloca para as principais cidades da região ali permaneça, outra parcela prossegue sua trajetória migratória.

“Por exemplo, tem municípios como Cândido Godói, Alecrim (...). Na época de Natal, você encontra municípios aí em que 10, 15 ônibus vêm de Novo Hamburgo, de Porto Alegre, para cá, visitar parentes. Isso já aconteceu na década de 80: uma evasão muito grande. Por isso, eu disse antes: não existem grandes bolsões de miséria na agricultura. O que tinha já foi transferido”. (Professor da Unijuí-Campus Santa Rosa).

Os depoimentos indicam uma forte circulação de força de trabalho em nível regional, movida pela busca de inserção no mercado de trabalho, configurando diferentes estratégias, estando os rumos escolhidos e o êxito associados a distintos perfis pessoais, a circunstâncias e a buscas diversificadas. Os depoimentos aludem também à degradação por que passa um contingente significativo desses migrantes.

“E aí começou o grande êxodo rural. Mas o grande êxodo mesmo! Santa Rosa, de repente, tinha 70 vilas, 80 vilas. (...) Engrossavam o cinturão de miséria na periferia, porque Santa Rosa tem vilas terrivelmente pobres (...). Claro, no centro, tudo muito bem, tudo muito bom, mas as vilas é um caso muito sério: prostituição, todo esse processo que gera um êxodo rural.” (Pesquisador da Unijuí-Campus Santa Rosa).

A visibilidade dos problemas sociais fez com que entrevistados questionassem os resultados do Índice Social Municipal Ampliado (ISMA) divulgado pela FEE à época do trabalho de campo, em que a Fronteira Noroeste comparecia em terceiro lugar dentre os 22 Coredes e superava o Estado. O principal questionamento envolveu a dimensão demográfica: o êxodo tornou-se fator espúrio da elevação dos indicadores *per capita*. Deter a evasão populacional é um objetivo que aparece em todos os depoimentos, como condição e como efeito desejado de uma estratégia de desenvolvimento regional.

4 - Manifestações da reestruturação produtiva nos anos 90

A marca que o Setor Primário imprime na fisionomia da região foi muito destacada. Para além dos 24,7% que detém no VAB, é visto como um irradiador, seja de dinamismo, seja de dificuldades. Um empresário da Acisap, do Terciário, declarou: “Quando tem uma safra boa, passa um ano totalmente diferente de quando é uma safra ruim. Infelizmente, ainda está atrelado. Pega tudo. O único que está fora talvez seja a metal-mecânica, que não vende aqui. Fora isso, o comércio, os serviços, tudo depende de uma agricultura boa”.

O “ciclo da soja” encontrou seus limites já nos anos 80, pondo em relevo a inadequação daquela cultura à estrutura fundiária da região, em que 76,3% das propriedades rurais tinham menos do que 25ha, e 96,9%, menos de 50ha (IBGE, 1998). Entretanto a cultura da soja persiste. Conforme declarou um técnico da Emater de Santa Rosa: “(...) se dissessem ‘amanhã não tem mais soja, não precisa mais plantar’, ia ser um caos aqui na região, porque [a economia] ainda está baseada”.

Não poucas alternativas de reconversão da produção agropecuária foram estimuladas, ao longo da década, por diversas instituições da região, envolvendo, por exemplo, olericultura, fruticultura, apicultura, piscicultura e prevendo formas alternativas de agroindustrialização, como forma de agregar valor à produção e, ao mesmo tempo, de contornar circuitos de cadeias produtivas que foram se afunilando, excluindo pequenos produtores. Os depoimentos indicam que essas iniciativas ganharam alguma efetividade no final dos anos 90, mas são ainda incipientes. Ironicamente, nos últimos anos, os preços internacionais da soja tiveram elevação extraordinária, amplificada pela taxa de câmbio, e muitos entrevistados lamentaram a reversão que isso imporia à lenta diversificação no meio rural. Um técnico da Emater declarou: “(...) é um mal danado, porque todos eles vão se atirar na soja de novo, pensando nos 30 reais a saca”.

A menção às cadeias da agroindústria evoca uma profunda transformação que se deu, nos anos 90, no Estado: as empresas do agronegócio passaram por uma onda de concentração patrimonial, desnacionalização e mudanças logísticas (Benetti, 2000). Na Fronteira Noroeste, foram afetadas diretamente a suinocultura e a produção de leite. A partir das multinacionais, difundiu-se — também entre as empresas nacionais e, mesmo, entre cooperativas rurais, fortes *players* na agroindústria regional — o paradigma da “produção integrada”. Neste, as indústrias estabelecem a produtores primários quotas de fornecimento, via de regra muito elevadas, e rigorosas especificações técnicas; a atualização de insumos

e equipamentos é imposta periodicamente, acarretando endividamento cíclico do produtor e aumento de sua dependência aos contratos; os controles de qualidade e eficiência são rígidos. É generalizada a percepção de que o produtor primário perde autonomia e lucratividade, tornando-se tão subordinado quanto um empregado. Ademais, só os que atingem a escala permanecem no circuito.

A Fronteira Noroeste viu reverter-se a característica do “ciclo do suíno”, quando a maioria dos produtores, fornecendo uns poucos animais ao Frigorífico Prenda, obtinha uma fonte fundamental de renda monetária. Já a bacia leiteira da região teve expansão, nos anos 90, no Corede, apesar das queixas quanto à lucratividade.

Um líder de um sindicato rural destacou que pequenas cooperativas têm tido importância para viabilizar pequenos produtores de leite, mas que o papel delas tem sido basicamente o de intermediar contratos com as grandes indústrias: “Quem fica com a margem talvez seja um pouco as cooperativas e a indústria, o freteiro, o intermediário”.

O VAB primário da Grande Santa Rosa teve crescimento inferior à metade do verificado no Estado, e a agropecuária não se constituiu em eixo dinâmico no período. A indústria de transformação (IT), por sua vez, teve desempenho destacável.

Algumas características da indústria regional merecem relevo. Primeiramente, sua forte vinculação com o agronegócio a jusante e a montante da produção primária. A seguir, seu pequeno porte: em 1999, segundo a RAIS, a IT da região contava com apenas dois grandes estabelecimentos (500 empregados ou mais) e cinco médios (100 a 499 empregados). Por fim, a forte concentração no segmento da mecânica, responsável, em 1999, por 68,7% do Valor Adicionado Fiscal (VAF) da IT regional (Feedados).

A Fronteira Noroeste conta com duas das maiores unidades de máquinas agrícolas da América Latina, ambas originadas de firmas locais que tiveram importante impulso durante a “Operação Tatu”. Nos anos 90, as duas firmas foram alienadas para corporações multinacionais, sendo essa uma expressão destacável da intensa “movimentação” pela qual as empresas regionais passaram no período.

Rotta destaca sete empresas industriais da região, por significado histórico e expressão econômica. A lista permite aquilatar a intensidade da reestruturação, tomada sua dimensão patrimonial: em apenas duas (Ervateira Vier, com sede em Santa Rosa, fundada em 1944; e Irmãos Fankhauser Ltda., Tuparendi, 1948), não houve alteração de titularidade nos anos 90. Quanto às demais, a situação é a seguinte:

- a Laticínios Mayer, de 1949, chave na modernização da cadeia regional do leite, foi adquirida em 1981 pela Cooperativa Central Gaúcha de Leite (CCGL). Em 1996, o Grupo Avipal comprou a CCGL, alterando sua denominação para Elegê Alimentos;
- a Indústria Gaúcha de Óleos Vegetais (Iol), de 1955, cresceu e diversificou-se, originando o grupo Olvebra, que, nos anos 70, se consolidou no Brasil e no Exterior. A sede foi transferida para Porto Alegre nos anos 80, e a unidade de Santa Rosa fechou em 1993, sendo adquirida pelo grupo Camera S/A, que, em 1998, retomou a atividade;
- o Frigorífico Prenda, que, na segunda metade da década de 90, demonstrava solidez e inovatividade, com 1,6 mil funcionários (Rotta, 1999, p. 104), foi vendido, no final da década, ao grupo Chapecó — que havia sido adquirido pelo grupo argentino Macri. Em meio a uma crise da suinocultura e a problemas financeiros da empresa, a presente década iniciou-se com muitas demissões, e, em 2003, ocorreu o fechamento da unidade;
- as duas últimas empresas, nucleando o segmento de máquinas agrícolas, constituem o *core* da indústria regional. A SLC (Schneider, Logemann e Cia.), sediada em Horizontina, teve vigorosa expansão desde a fundação, em 1945. Conquistou cerca de um terço do mercado nacional e metade das exportações brasileiras de colheitadeiras (Rotta, 1999, p. 87). Sua associação com a Deere & Company, nos anos 70, impulsionou-a. A participação da empresa norte-americana, de 20% inicialmente, elevou-se para 40% em meados dos anos 90, atingindo 100% no final da década, quando a empresa passou a se chamar John Deere. Segundo integrante do setor de recursos humanos, ela teria, em 2002, aproximadamente 1.800 funcionários efetivos e mais de 200 trabalhadores com vínculos de estágio ou contratos temporários.

A Indústria de Máquinas Agrícolas Ideal surgiu em 1963, a partir da Fábrica de Moinhos Santa Rosa Ltda., de 1953. Em 1973, tornou-se S/A, e a alienação foi progressiva. Nos anos 80, o controle pertencia ao grupo Iochpe, que adquiriu e nacionalizou a Massey Perkins S/A, detendo a marca mundial Massey Ferguson no Brasil. A razão social foi alterada para Maxion S/A. Em 1996, a norte-americana AGCO adquiriu parte da Maxion, passando a deter 100% da unidade de Santa Rosa. Pouco antes, iniciara-se uma política de terceirização, segundo um empresário da metalurgia,

“(...) idealizada em 1994. Tinham máquinas semi-obsoletas em Canoas e aqui, e, em vez de vender pro ferro-velho disseram ‘bom, vamos tentar que essas máquinas possam vir a ser úteis, terceirizando

o nosso trabalho, aquilo que nós queremos terceirizar', pra diminuir aqueles encargos fixos que eles tinham. E aí começou a terceirização".

Constituiu-se um conjunto que hoje soma aproximadamente 30 firmas, inicialmente vinculado de forma umbilical à Maxion, inclusive com inúmeros ex-funcionários alçados à condição de fornecedores. Algumas chegam a 100 empregados, e os relatos são de que vêm ampliando seu mercado para além da AGCO e da região.

O chamado "pólo metal-mecânico" é muito valorizado pelos atores regionais como foco de dinamismo. A **RAIS** mostra que o emprego, nesse complexo industrial, não sofreu redução entre 1989 e 1999, na Fronteira Noroeste, mesmo que a Maxion/AGCO tenha eliminado centenas de postos com sua desverticalização. A John Deere, por sua vez, teria ampliado seu contingente, com o aumento da produção compensando uma intensa reestruturação. A John Deere não utilizou a terceirização, embora atualmente cogite fazê-lo. O Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), criado ao final da década de 90 pelo Governo Federal, repercutiu muito favoravelmente sobre esse segmento produtivo.

Os avanços do Setor Terciário foram menos identificados. A despeito do destaque dado por entrevistados a atividades como educação ou à emergência de atividades ligadas à informática, o crescimento do Setor foi muito inferior ao verificado no Estado.

O conjunto dos depoimentos ajudou a compor um quadro de intensa implementação de inovações tecnológicas e organizacionais, bem como de elevação dos requisitos de qualificação dos trabalhadores no universo das empresas regionais, o qual não é possível detalhar. Ao lado do fortalecimento de setores menos representativos na estrutura produtiva (como construção civil, mobiliário, têxtil e confecções), constata-se que as principais empresas tiveram sua modernização produtiva associada à mudança patrimonial, que, quando não as desnacionalizou, rompeu seu caráter regional.

5 - Alguns matizes da problemática da ocupação

Alguns traços do mercado de trabalho regional foram destacados acima: elevada taxa de participação, baixa desocupação, alta proporção da agropecuária na ocupação, baixo assalariamento e extraordinário peso do trabalho não remunerado. Evidencia-se ainda o alto percentual de trabalhadores sem carteira de

trabalho (Tabela 1). A **RAIS**, por sua vez — que computava, em 1999, 24,8 mil trabalhadores formais na região (uma quarta parte, apenas, do número de ocupados do **Censo 2000**) —, traz aportes úteis.

Diferentemente do que ocorre na ocupação total, o Setor Terciário predomina (com 61,3% em 1999) no emprego formal. A agropecuária detém apenas 5,3%. O Setor Secundário representa cerca de um terço do emprego. Saliente-se que, na abertura em oito setores da **RAIS**, a indústria de transformação tinha a primeira posição, com 26,7% em 1999.

Em 1999, os três maiores municípios detinham 68,4% do emprego, bem mais do que reuniam na população (50,8% em 2000). Essa concentração se fez sentir especialmente na IT, em que atingiu 82,3% dos postos. Horizontina quase dobrava, nesse setor, a participação que possuía no emprego total, alcançando 26,8%.

O crescimento do emprego no Corede, nos anos 90, foi destacável: 11,6%, ou 2.574 postos, segundo a **RAIS**. Nos três setores, houve aumento, cuja intensidade mostrou ordem inversa ao peso de cada um: o setor menos expressivo, o Primário, teve elevação de 73,1%; o Secundário, de 26,4%; e o Terciário limitou-se a 6,7%. Em números absolutos, o Secundário liderou, gerando 1.737 postos (67,5% do total). Nesse setor, o crescimento relativo da construção civil foi muito mais expressivo: 869 novos postos representaram variação de 156,3%; já na IT, 890 empregos equivaleram à expansão de 15,5%.

O emprego na indústria de transformação concentra-se na mecânica e em produtos alimentícios (38,9% e 27,4%, respectivamente, no fim da década), conforme a **RAIS**. A mecânica foi um dos dois únicos subsetores da IT a eliminar empregos (-3,8%), ao lado da pequena indústria de calçados (-38,0%). Em conjunto, o emprego metal-mecânico cresceu 3,0%, pois as perdas na mecânica foram mais do que compensadas na metalurgia — a qual, embora pequena, cresceu 67,5% —, o que pode indicar um aspecto virtuoso da forma que assumiu a terceirização no setor.

O crescimento do pequeno contingente formal na agropecuária ocorreu em segmentos específicos, associando-se à industrialização e à “produção integrada”, como atesta este depoimento de um líder sindical rural:

“Assalariado rural aqui é muito pouco. A maioria é meio no sistema informal. Tem a sua terrinha e trabalha para fora e não quer perder os direitos. Então, eles evitam ter carteira, essas coisas. Mas eu acredito que, muito próximo aí, a gente vai ter que começar a trabalhar, mas aqui é um dos municípios que nós não temos nenhum trabalho com assalariado.

“P: (...) Empregador entra também [no Sindicato]?”

“R: Não, não. Na verdade, nós temos... Mas são poucos... Tipo, principalmente, na área da suinocultura e no leite... eles passaram a ser empregador para questões legais, para evitar problema, né? Isso existe”.

O pouco uso de assalariados na agropecuária adviria também de apreensão frente à legislação trabalhista. Nas palavras de um pesquisador, “(...) o que tem acontecido é um trabalho bem informal (...). O pessoal tem aí os chamados agregados (...)”.

A noção de informalidade abarca diferentes posições na ocupação, como esses “agregados”, mas uma das mais imediatamente reconhecidas é a do assalariamento sem carteira. Um líder sindical urbano declarou, quanto a Horizontina:

“Na prestação de serviço, comércio, na construção civil, tem acontecido muito o pessoal sem carteira assinada (...). A gente fica sabendo isso porque acabam indo lá no sindicato, porque o nosso sindicato é referência no município, porque a gente faz uma prestação de serviço voluntária pra esse pessoal — é dar orientação jurídica para eles e fazer cálculos rescisórios, né?”

Em Santa Rosa, houve também manifestações de que o assalariamento sem carteira é significativo. Um pesquisador declarou que essa situação seria mais rara na IT, que teria adquirido uma “relação profissional de trabalho” a partir da emulação das maiores empresas. Afora esse setor e a administração pública, nos demais pesaria uma tradição de informalidade: “(...) também tem outra característica histórica, que é o pessoal buscar empregos em conhecidos e parentes — uma relação não profissional de trabalho”.

Outras modalidades de inserção precária merecem menção. O trabalho doméstico tem papel significativo no mercado, essencialmente para as mulheres.

“Há muitos anos, eles [os migrantes] em vez de virem aqui pra Santa Rosa, muita gente vai pro Vale Real, Bom Princípio, Região Metropolitana. Aí vale destacar a empregada doméstica, que vem pra Santa Rosa. Nós temos aí, da região, de pequenos municípios, muitas mulheres, principalmente, que trabalham aqui em Santa Rosa de empregadas domésticas. E muitas delas inclusive intermediadas pelo sistema SINE”. (Integrante do SPE de Santa Rosa).

O trabalho doméstico é prioridade da Comissão Municipal de Emprego (CME) de Santa Rosa, segundo um integrante. Em Horizontina, no mês da entrevista, um terço das colocações intermediadas pelo SINE foram de empregos domésticos. Em Santa Rosa, o entrevistado estimou em 50% esse percentual.

A utilização de contratos temporários de trabalho, por sua vez, ganhou muita importância nas duas grandes empresas mecânicas, ao longo de seus processos de reestruturação. Em uma delas, cerca de 15% da força de trabalho é composta por temporários, aprendizes e estagiários. Na outra, o depoimento de um gerente foi eloquente, destacando-se o eufemismo a que recorre:

“Hoje em dia, demissão é uma palavra muito forte. O que a gente tem usado muito é o trabalho temporário. E esse trabalho ainda precisa ser um pouco mais flexibilizado para que as empresas consigam atender aos picos de produção sem ter o risco de um custo adicional que, muitas vezes, inviabiliza (...). Quando eu falo em 800 funcionários, você tem 470 que são efetivos, certo? E tem mais 400 que você trabalha flexível”.

A contratação de estagiários, para além da indústria mecânica, tem, na percepção dos atores regionais, aumentado muito no mercado de trabalho, em todos os setores.

Quanto à inserção das mulheres no mercado, uma situação interessante ocorre em Horizontina. Nesse município, a empresa John Deere detém parcela tão elevada do emprego que suas políticas de gestão têm forte impacto. Segundo entrevista na empresa, esta não utiliza mão-de-obra feminina na produção. Alegação: “Isso é cultural, né?”. Há apenas “um grupo de moças, na área de almoxarifado, separação de peças. Mas como estágio”. O depoimento de um integrante da CME desse município impressiona:

“Fundamental para nós desenvolver mais o município é partir para a ocupação de esposas e filhas. Eu me refiro a uma mão-de-obra mais simples, mais leve, por isso eu penso em linha de calçados, confecções — porque normalmente o esposo trabalha na John Deere, ganha relativamente bem. Mas a mulher, nós não temos onde botar esse pessoal. (...) Estas fábricas que ocupam este pessoal também têm interesse de vir para cá, porque (...) quando o principal que se ganha numa fábrica não está na tua fábrica é bom. (...) E até em termos de salário não precisa ser tão alto, porque vai agregar uma renda ao esposo. Então, eu vejo que este é o caminho nosso, aqui, hoje, é partir para este tipo de industrialização”.

Chama atenção a localização da trabalhadora a partir da condição familiar pressuposta. O entrevistado considera a possibilidade de sub-remunerar as mulheres uma vantagem para as empresas e para a região e reproduz a associação entre mulheres e trabalhos “simples”. Alguns elementos adicionais são fornecidos por esse sindicalista:

“(...) [a empresa] tinha mulheres no setor produtivo. E numa época que deu uma crise, preferiram demitir a mão-de-obra feminina ao invés

da masculina. E depois não voltaram a ter mais, diretamente. Porque o Senai oferece também vagas pra mulheres. Mas nós sabemos de antemão... dá pra dizer que 98% é rapaz que vai pro Senai. Mulher não vai”.

Quanto à mudança etária, o “envelhecimento” da PIA foi mais acentuado no Corede do que no Estado. A participação dos indivíduos com 40 anos e mais passou de 34,7% em 1991 para 41,8% em 2000, enquanto, no Rio Grande do Sul, se elevou de 34,4 para 39,6%. Esse envelhecimento é agudo na PIA rural: ela teve retração de 11,8%, mas a redução nas faixas de 10 a 39 anos superou os 24%. Nas seguintes, a PIA rural cresceu: 8,0% no segmento de 40 a 59 anos e 17,9% no de 60 anos e mais. A PIA urbana cresceu em todas as faixas, porém bem mais naquelas a partir de 40 anos.

Como se disse, são os jovens o principal contingente a migrar. Além dos agricultores familiares, há evasão também de jovens urbanos escolarizados, de famílias bem situadas na hierarquia social, como destaca uma professora universitária:

“Há uma migração muito forte (...) para Santa Catarina, para o centro do País, Piauí, porque não tem empregos nessa cidade. Para o jovem não tem. Eu tenho uma filha formada em Direito: está em Brasília. Por quê? Porque faz dois anos que ela se formou e não tem emprego aqui, foi morar lá, ia fazer o que aqui? Aqui tem ‘fábricas’ de advogados, de professores, de tudo (...) largando gente aí de monte, para trabalhar aonde? (...) Há nisso um retrocesso, não tem, não tem emprego, tem mão-de-obra de excelente qualidade, mas não tem emprego”.

Como se indicou acima, a emigração “eclipsa” o desemprego. Para muitos entrevistados, a evasão de população diminuiu, mas segue significativa.

Os empregados formais da região tinham escolaridade mais elevada: os trabalhadores com ensino médio ou mais eram 28,1% em 1989 e 39,4% em 1999, contra 26,1% e 36,5% do Estado (**RAIS**). Foi consenso que a região logrou importantes avanços na educação. Segundo um líder sindical: “Hoje, todo jovem rural tem segundo grau”. Um pesquisador da Unijuí enfatiza a expansão do ensino superior⁹. Também foi muito freqüente a posição de que o mercado de trabalho está mais exigente quanto à escolaridade. O depoimento a seguir

⁹ “O grande processo de qualificação de mão-de-obra, aqui, ocorreu pelo aumento da população que ingressa nos cursos superiores (...) Quando a Unijuí fez um convênio com o Instituto Educacional Dom Bosco para vir para Santa Rosa, nós estávamos com 590 alunos. Hoje, temos 2.300. A [Fundação Educacional] Machado de Assis, no começo da década de 90, não passava de 100, 150 alunos. Hoje, tem mais de 600. A Cetrem, de Três de Maio, também não passava de 200 alunos. Hoje tem quase 1.000.”

contesta a associação direta entre qualificação e escolaridade, embora confirme a exigência de educação formal.

“Nós temos trabalhadores que perderam o emprego em época de dificuldade, profissionais competentes, que não têm o primeiro grau, que deixaram de voltar a trabalhar na empresa porque não têm a escolaridade que a empresa está pedindo. A empresa contratou pessoas, hoje, que têm escolaridade, mas não têm experiência. Então, até a qualidade dos seus produtos às vezes tem problemas”. (Líder de sindicato metalúrgico).

Alguns entrevistados apontaram dificuldades de a região contar com a mão-de-obra “adequada”. Um pesquisador da Unijuí declarou que “(...) essa mão-de-obra técnica é muito problemática”, alegando “resistência muito grande” em “adotar um ritmo de produtividade”. Em algumas falas, a “desqualificação” é atribuída à origem rural:

“(...) a nossa cidade [tem] uma população de 65 mil habitantes, uma cidade que se localiza numa região agrícola. Então, o trabalho é mais rudimentar. As pessoas não se preparam, não se qualificam profissionalmente. Acaba sendo deficitária a condição das pessoas em relação às vagas”. (Funcionário do SPE de Santa Rosa).

A posição oposta também teve representatividade. Algumas vezes, a percepção de que a força de trabalho é qualificada se vincula à exaltação de uma identidade regional, como no caso dessa liderança de uma instância regional:

“Eu chego a ousar que nós somos exportadores de mão-de-obra. A região produz pessoas que são qualificadas, que vão embora e são bem-sucedidas em todas as áreas (...) um bom ensino, uma boa saúde, estão bem preparados e vão disputar em outros lugares e disputam com qualidade, coisa que interior não poderia. Mas... a Xuxa não é exceção. Tem a Gisele [Bünchen], tem o Taffarel, tem o Dunga, de Ijuí (...)”.

O rendimento médio no mercado formal da Fronteira Noroeste era, em 1989, 12% inferior ao do Estado. Ao final da década de 90, a distância havia aumentado, devido à queda dos salários no Corede (-13,1%) e à estabilidade no Rio Grande do Sul (0,3%). Com isso, a desvantagem da região passou para 24%. Os atores sociais identificam esse diferencial, mas tendem a reconhecer como menor o custo de vida no Corede. Um elemento que emergiu, associado ao padrão salarial, foi a organização sindical:

“Têm empresas que têm um cordão umbilical ligado a Canoas. Mas, em Canoas, o trabalhador é mais politizado, é mais exigente, né.

Sindicalizado, ele está mais vibrante, ele está acompanhando o movimento sindical, né. Então o que faz? Essas mesmas peças são trazidas para Santa Rosa, onde o trabalhador está menos politizado, e, por conseguinte, ele produz essas peças a custos inferiores, por salários menores” (Integrante do SPE de Santa Rosa).

Mais do que nos salários, uma sensação de queda nos rendimentos em geral foi, algumas vezes, expressa, como na formulação dessa liderança de instância regional: “Eu tenho impressão que, de modo geral, todo mundo está empobrecendo”.

A pesquisa permitiu captar as implicações do “tamanho” de um mercado de trabalho. Nos pequenos municípios, o indivíduo pode visualizar, sem muitas mediações, o conjunto de estabelecimentos potencialmente empregadores. Quando percebe que não há perspectivas nesse universo, a “procura ativa de emprego”, condição para configurar desemprego nos levantamentos oficiais, deixa de se justificar. É provável que, até o momento em que migram, muitos indivíduos estejam numa condição de “desemprego oculto pelo desalento”¹⁰, uma das contribuições da PED à análise dos mercados de trabalho metropolitanos que o **Censo** não apura. Também em zonas urbanas, o desemprego oculto pelo desalento pode ter relevância, o que a situação das mulheres de Horizontina exemplificou.

Um dos depoimentos evoca uma segunda forma de desemprego oculto.

“(...) se você pega a população ribeirinha, tem uma parte quase desempregada. É o pescador, que vive de pequenos cultivos e faz da pesca também uma atividade de busca de uma renda um pouquinho maior. Talvez aí poderia se identificar, um pouco, um conjunto de pessoas que tenha um aspecto crítico de desemprego” (Professor da Unijuí).

Esse “quase-desemprego” (“um aspecto crítico de desemprego”) identifica-se com o “desemprego oculto pelo trabalho precário”¹¹ e não se restringe à zona mais empobrecida, ou às áreas rurais. Em Horizontina, com seu seletivo mercado, pode-se detectar uma situação análoga. Na grande empresa local, perguntou-se o que faziam os indivíduos recrutados para trabalhos temporários entre

¹⁰ “Desemprego oculto pelo desalento e outros — pessoas sem trabalho e que não o procuraram nos últimos 30 dias por desestímulo do mercado de trabalho, ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses” (Informe PED, 2003, p. 21).

¹¹ “Desemprego oculto pelo trabalho precário — compreende as pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao dia da Pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que se encontram em alguma das seguintes situações: realizam, de forma irregular,

uma contratação e outra. A resposta: “Ah (...) eles trabalham na construção civil, eles trabalham por cesta básica (...)”.

A problemática do desemprego oculto, mais do que uma tecnicidade de levantamento, evidencia a diversidade das situações “objetivas” de inserção no mercado de trabalho, bem como de suas significações. Após discorrer sobre o desemprego, um professor da Unijuí advertiu: “Se tu vai perguntar se nesta região tem desemprego, se tu vai procurar desempregado, o pessoal aqui vai te dizer que não tem quase desemprego”.

6 - Instituições e políticas voltadas ao desenvolvimento e ao mercado de trabalho

A fundação do Frigorífico Prenda, a criação da Associação dos Municípios da Grande Santa Rosa e a “Operação Tatu” exemplificam episódios em que, num passado pouco remoto, os atores sociais demonstraram capacidade de mobilização e articulação.

Na década de 90, a principal iniciativa institucional foi o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Noroeste do Rio Grande do Sul, realizado no bojo do Programa de Emprego e Renda (Proder), do Sebrae. Foram mencionados ainda o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Uruguai e o Plano Integrado do Desenvolvimento do Médio e Alto Uruguai. Os três ultrapassam os limites territoriais do Corede. A visão de alguns entrevistados é de que eles teriam ficado “no papel”, por não terem buscado ou obtido uma mobilização do conjunto da sociedade regional.

Sobretudo no início desta década, a situação parece modificar-se. Identificaram-se iniciativas obtendo reconhecimento social amplo. O Programa de Recuperação Econômica da Região Noroeste (Reconvernoroste), cuja principal agência é o BNDES, estava em fase de deflagração em 2002. Avançava também o projeto de fruticultura, tendo sido obtidos R\$ 5 milhões em emenda parlamentar. Ambos abarcam porções mais amplas do Estado, mas foram articulados por lideranças do Corede; envolvem a captação de recursos federais, com uma trajetória, nesse sentido, mais “tradicional”.

algum trabalho remunerado, realizam algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou realizam algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie ou benefício” (Informe PED, 2003, p. 21).

Em uma outra vertente de iniciativas, ganhou relevo o Fórum Regional de Desenvolvimento, de caráter permanente, que foi impulsionado pela Unijuí, mas agrega um amplo leque de instituições e mantém cinco comissões: agroecologia; agricultura familiar e agroindústria; ensino técnico; ensino superior; e empreendedorismo. No bojo das discussões desse fórum, fundou-se a Agência de Desenvolvimento, sediada em Santa Rosa. Segundo um integrante da diretoria, essa, ainda incipiente, é a terceira instituição dessa natureza no Estado (seguindo Porto Alegre e São Leopoldo).

A larga maioria dos entrevistados testemunhou problemas para que o Corede, como instituição, assuma a função de instância articuladora que lhe é reservada. Algumas manifestações se limitaram à falta de visibilidade de ações do Conselho; outras, numerosas, indicaram que ele não conseguiu ser plural e mobilizador.

Já o engajamento da sociedade no Fórum é alto e estaria reavivando características auto-atribuídas por aquela população: a disposição para a ação coletiva e a capacidade de superar diferenças. Esse traço pode ser reconhecido em episódios dos anos 90. A terceirização da Maxion/AGCO, por exemplo, ensejou forte mobilização e articulação: a Acisap, a Prefeitura de Santa Rosa e o Sindicato dos Metalúrgicos atuaram de diversas formas para que se mantivessem, na região, os elos dessa cadeia.

A implantação da Unijuí na região e a instalação do Campus Santa Rosa, ao lado da expansão de vagas universitárias, constituíram um adensamento da capacidade da região de refletir sobre si mesma.¹² A capacidade de mobilização e a disposição para o diálogo foram exaltadas como traço cultural, mesmo quando os entrevistados advertiam contra uma leitura simplificada desse aspecto, como esse professor universitário:

“Capital e trabalho se dão muito bem`. Não se dão tão bem, não. Porque já teve boas greves, bons movimentos... Têm sindicatos aqui fortes, né, e o PT é forte aqui. (...) Essa é uma região extremamente conservadora. (...) Uma cidade com 70.000 habitantes e três lojas maçônicas? Isso a gente tem que pensar, o que é isso? São disputas internas e locais. O caso do próprio CTG — tem o grande CTG Sepé

¹² A Universidade assumiu uma série de parcerias com o Governo Estadual, como a condução do núcleo regional do programa Pólos de Modernização Tecnológica, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, ou do Programa Extensão Empresarial. Vinculados à Universidade, são mantidos o Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional (IPD), que fomenta a modernização das administrações públicas e outras iniciativas de desenvolvimento, e o Instituto Regional de Desenvolvimento Rural (IRDR), voltado à gestão ambiental e à tecnologia agrícola.

Tiaraju, mas já tem mais dois outros. Isso é comum nessa região, esse esfacelamento das instituições. (...) eu acho que tudo isso tem a ver com a fogueira das vaidades, cada um quer (...).”

Entretanto esse mesmo entrevistado, que não nasceu na região, declara:

“Agora, uma coisa: existem umas lideranças aqui que têm procurado reverter essa situação. Isso é uma verdade. Eles buscam desenvolvimento daqui, eles buscam de lá... sabe? Eu, particularmente, tenho uma grande admiração por essa comunidade nesse sentido de eles serem assim... Vão buscar, vão atrás, eles não se entregam, sabe? (...) há uma busca permanente, porque é uma comunidade extremamente trabalhadora”.

A multiplicidade étnica que marca a colonização e o isolamento dessa região frente aos principais sistemas produtivos e mercados do Estado são identificados como fatores propulsores dessa capacidade de articulação da sociedade da Fronteira Noroeste.

Não se pode detalhar, mas nem por isso se deve desconsiderar, o somatório de esforços e êxitos de um grande número de entidades, em que o recurso a parcerias é intenso. Nas iniciativas voltadas à produção primária, uma boa interação da Emater e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais foi testemunhada por ambas as partes; o Sebrae teve sua atuação referida por diferentes entrevistados; Senai, Senac e Senar tiveram reconhecida sua atuação na formação de mão-de-obra, configurando-se uma parceria muito clara com a empresa John Deere e com instituições escolares de Horizontina; a intervenção da Unijuí foi relatada em inúmeras iniciativas, desde o suporte técnico à produção de ervas medicinais em Tuparendi até a coordenação, na região, do Programa Pólos de Inovação Tecnológica, cujos núcleos setoriais mobilizam esforços conjuntos com sindicatos patronais e com outros programas públicos.

Um espectro efetivamente regional parece marcar as ações institucionais, tendo sido, aparentemente, incorporada pelos atores sociais a visão de que a esfera do município é insuficiente. Na formulação de um professor da Unijuí:

“Nós temos aqui uma regional dos empresários (...) tem uma regional dos sindicatos de trabalhadores rurais (...) E aí têm os sindicatos urbanos, também articulados (...) Essas entidades conseguem ter mais presença no município, nos 21 municípios daqui, do que a efetividade do Conselho Municipal de Desenvolvimento (...) E essa associação dos municípios é histórica, ela tem uma presença muito forte aqui na região, em termos de articulação. Depois, eles têm também um fórum regional de vereadores. Então, praticamente todas as organizações têm fórum regional”.

Os entrevistados tiveram dificuldades para identificar incidência relevante de programas voltados para a ocupação nos anos 90, o que se associa à idéia de que a região pouco contou, historicamente, com o aporte do poder público. Políticas de emprego, afora os programas do SPE, praticamente não foram reconhecidas. Programas desta década sobrepujaram a memória dos anos 90, cabendo enfatizar a boa acolhida aos programas Primeiro Emprego e Extensão Empresarial do Governo do Estado.

Merece ser destacada, entretanto, a íntima associação entre mercado de trabalho e desenvolvimento nas falas dos entrevistados. Muito freqüentemente, questionados sobre políticas de emprego, responderam enumerando programas de apoio ou incentivo à produção. O conjunto dos instrumentos para melhorar as condições gerais do mercado de trabalho de regiões como a Fronteira Noroeste diferencia-se dos que se visualizam em outros espaços, como o metropolitano. Nas palavras de um líder de sindicato rural:

“A gente constata que, de fato, uma política voltada, direcionada para as pequenas e médias empresas, para a agricultura familiar, isto dá retorno imediato. Isso tu sentes. Se na agricultura tem dinheiro, no comércio tem. Aí gera emprego, renda, né? Então, na verdade, aí isso cria um círculo de auto-sustentação, né?”.

O equacionamento da sustentabilidade da agricultura familiar aparece como um eixo fundamental tanto para conter a perda populacional, quanto para garantir o impulso econômico que possa ativar as atividades urbanas. Essa tarefa é considerada, em larga medida, uma responsabilidade da própria região. Na fala de um líder empresarial: “Nós estamos a 500 quilômetros de Porto Alegre. Nós temos que ser, entendeste, os geradores do nosso desenvolvimento”.

7 - Considerações finais

Baixas taxas de desemprego combinadas com emigração, elevada participação da agropecuária na ocupação, assalariamento como forma minoritária de inserção, expressivo peso do trabalho não remunerado e altas taxas de participação na atividade econômica, dentre outros elementos, conferem ao mercado de trabalho da Grande Santa Rosa uma feição que não pode ser satisfatoriamente abordada a partir da mera transposição de conhecimentos e estratégias fundamentados na realidade metropolitana.

Sem maiores ambições teóricas ou metodológicas, empreendeu-se um exercício analítico em que as especificidades de um mercado regional de trabalho foram cercadas a partir de diferentes dimensões, tomadas como potenciais

fatores condicionantes. Os indicadores estatísticos deram suporte a uma investigação em que também a história, a identidade cultural ou a ação coletiva das forças sociais regionais adquiriram visibilidade, evidenciando-se, entre elas nexos sugestivos para futuros avanços nas pesquisas sobre mercados regionais de trabalho.

Fatores como o relativo isolamento geográfico da região e a multiplicidade étnica que marcou seu povoamento são associados, na percepção de sua população, a uma predisposição para a articulação social e para o impulso endógeno do desenvolvimento; a herança cultural de sucessivas migrações, por sua vez, soma-se aos constrangimentos da estrutura minifundiária, tributária da experiência de colonização, para favorecer a evasão populacional; uma invisibilidade do desemprego deriva dessa “válvula de escape” migratória e também de formas precárias de trabalho associadas ao trabalho familiar agrícola.

Contrariando o entendimento de que a noção de reestruturação produtiva diz respeito apenas a grandes *players* (empresariais ou regionais), reconhece-se, na Fronteira Noroeste, a força desse processo ao longo dos anos 90. Seus efeitos atingem, direta e indiretamente, o Setor Primário, como exemplifica a afirmação da produção integrada na suinocultura ou na cadeia do leite, e se fazem sentir, de forma aguda, na indústria, setor em que as mudanças patrimoniais, especialmente a desnacionalização, foram intensas.

Um comportamento positivo do emprego formal — segmento, entretanto, restrito a uma quarta parte do conjunto de ocupados — sugere que alguns impulsos de dinamização estão sendo obtidos. O parque metal-mecânico especializado em máquinas agrícolas logrou uma reestruturação em que o número de postos de trabalho teve, até mesmo, pequeno acréscimo; o assalariamento contratualizado, embora pouco expressivo, deu alguns passos, na agropecuária, na esteira da reorganização do agronegócio; setores como construção civil, madeira e mobiliário, têxtil e confecções, igualmente, tiveram incrementos, que, para o porte da região, não são irrelevantes. Paralelamente, os impasses da produção da soja, ainda central na economia regional, mantêm-se desafiadores e levam as mais diversas lideranças a uma mobilização voltada à reconversão, ou, ao menos, à diversificação da produção das pequenas propriedades rurais. De resto, a experiência estudada é rica em exemplos que ajudam a visualizar a relevância da ação institucional, no nível regional, para a indução do desenvolvimento.

É interessante observar o quanto essa perspectiva se encontra introjetada pelos atores sociais da Fronteira Noroeste. Distante da metrópole — geográfica, histórica e estruturalmente —, a região toma a si a responsabilidade de buscar

alternativas. No que diz respeito aos desafios que se colocam no plano da ocupação da mão-de-obra, essa experiência oferece, quando pouco, inspiração para que se aprimorem os instrumentos com que vem sendo pesquisada a problemática do mercado de trabalho, alargando-se, para além das realidades metropolitanas, a capacidade de diagnóstico e de intervenção.

Mapa 1

Divisão do Estado do RS em Coredes



FONTE: SCP-RS.

Mapa 2

Municípios do Corede Fronteira Noroeste



FONTE: SCP/SIG.

NOTA: Os dados referem-se a 467 municípios, segundo a Divisão Municipal do Estado de 1995.

Referências

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL, SERVIÇOS E AGROPECUÁRIA. (ACISAP 70 anos: evolução que faz História) Santa Rosa: ACISAP, 2001. (Edição especial 70 anos).

BENETTI, Maria D. Reestruturação do agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul, nos anos 90. In: FLIGENSPAN, F. (Org.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000. p. 63-116.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais 1989**. Brasília: MTE, 1990.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais 1999**. Brasília: MTE, 2000.

DOSTOIÉVSKI, F. M. **Os irmãos Karamazov**. Trad. de Raquel de Queirós. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961. (Obras completas e ilustradas de F. M. Dostoevski; v. VI).

IBGE. **Censo agropecuário 1996-1996**: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IBGE. **Censo demográfico 1991**: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, IBGE, 1994.

IBGE. **Censo demográfico 2000**: características da população e dos domicílios — resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

INFORME PED. Porto Alegre: FEE, ano 12, n.10, p. 22, out. 2003.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969, [© 1962]. t. I. (Coleção Província).

ROTTA, Edegar. **A construção do desenvolvimento**: análise de um “Modelo” de interação entre regional e global: a experiência da Grande Santa Rosa. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

SANTA ROSA. Prefeitura Municipal. Plano Diretor de Santa Rosa. Santa Rosa: Prefeitura Municipal, 1993 apud ROTTA, Edegar. **A construção do desenvolvimento**: análise de um “Modelo” de interação entre regional e global: a experiência da Grande Santa Rosa. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas. In: TARGA, L. R. P. (Org.). **Gaúchos & Paulistas**: dez escritos de história regional comparada. Porto Alegre: FEE, 1996. p. 17-47.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. Os mercados de trabalho no RS: a diversidade regional em uma primeira aproximação. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre: FEE, v. 30, n. 1, p. 103-123. jun. 2002.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F.; STERNBERG, Sheila Sara Wagner. Mercado de trabalho nas regiões do Rio Grande do Sul: uma breve caracterização a partir do desemprego, no ensejo do Censo 2000. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p.177-206, 2003.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. *et alii*. Mercados de trabalho não-metropolitanos: apontamentos sobre quatro experiências regionais no Rio Grande do Sul (Brasil). In: Congreso Latinoamericano de Sociología del Trabajo, 4, La Habana. (**Anais...**). La Habana: Asociación Latinoamericana de Sociología del Trabajo, 2003. (CD-ROM).